

Imagem: ABIOVE



SUMÁRIO EXECUTIVO 1

SEGURO RURAL NO MUNDO E AS ALTERNATIVAS PARA O BRASIL: Diferentes desenhos e interlocuções com a adoção de boas práticas e tecnologias

Autores:

Leila Harfuch
Gustavo Dantas Lobo

JANEIRO, 2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Harfuch, Leila

Seguro rural no mundo e as alternativas para o Brasil [livro eletrônico] : diferentes desenhos e interlocuções com a adoção de boas práticas e tecnologias / Leila Harfuch, Gustavo Dantas Lobo. -- São Paulo : Agroicone, 2022.

PDF

ISBN 978-85-5655-019-4

1. Administração de risco - Brasil
2. Agricultura 3. Agricultura - Inovações tecnológicas 4. Agropecuária 5. Gestão de riscos 6. Política agrícola 7. Seguro agrícola - Brasil 8. Sustentabilidade I. Lobo, Gustavo Dantas.
II. Título.

22-100239

CDD-338.1881

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Seguro agrícola 338.1881

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

Contexto	3
1. Estrutura do mercado de seguro rural no mundo	4
1.1 Seguro rural nos Estados Unidos	5
1.2 Seguro rural na China	6
1.3 Seguro rural na Espanha	7
1.4 Seguro rural na Índia	8
1.5 Seguro rural na Turquia	9
1.6 Seguro rural no México	10
1.7 Seguro rural na Rússia	11
1.8 Seguro rural no Argentina	12
2. Estrutura do mercado de seguro rural no Brasil	13
3. Considerações finais	16

Contexto

Este documento traz um sumário do estudo "[SEGURO RURAL NO MUNDO E ALTERNATIVAS PARA O BRASIL: Diferentes desenhos e interlocuções com a adoção de boas práticas e tecnologias](#)", publicado em agosto de 2021.

Nesse estudo, o recorte apresentado foi uma análise estrutural do mercado de seguro rural em nove países selecionados, incluindo o Brasil. O objetivo dessa análise foi evidenciar resultados atualizados obtidos pelos sistemas de seguro desses países, bem como a estrutura de governança adotada por cada país.

De forma complementar, análises da relação entre o seguro rural e adoção de boas práticas e tecnologias e alternativas para o Brasil estão apresentadas no Sumário Executivo 2.

1. ESTRUTURA DO MERCADO DE SEGURO RURAL NO MUNDO

Diante dos crescentes riscos oriundos das mudanças climáticas, a gestão de riscos da atividade agropecuária é vista como um importante instrumento de política agrícola em todo o mundo. Instrumentos como o seguro rural vêm ganhando cada vez mais importância nesse cenário, considerados estratégicos para a garantia da segurança alimentar e da permanência do homem no campo.

O sucesso da gestão de risco via seguros agropecuários perpassa pela estrutura de governança desse sistema, que varia a depender do país. Entender um pouco melhor essas estruturas permitem, portanto, capturar aprendizados que podem se refletir no próprio sistema de seguro rural brasileiro.

Esse trabalho busca, de forma simples, compilar informações a respeito dos sistemas de seguro rural em nove países selecionados, incluindo o Brasil, de modo a salientar similaridades e diferenças entre eles.

A Tabela 1 oferece um pequeno vislumbre dessas estruturas.

Tabela 1 – Características chave dos seguros rurais nos países selecionados.

Países	Privado	PPP - Parceria Público-Privada	Cosseguro	Subvenção 60%+	Resseguro Público
Argentina	Sim				
México		Sim			Sim
Estados Unidos		Sim		Sim	Sim
Espanha		Sim	Sim		Sim
China		Sim		Sim	Sim
Brasil		Sim			
Índia		Sim		Sim	Sim
Rússia		Sim	Sim		
Turquia		Sim	Sim		Sim

Fonte: resultados do estudo. Elaboração: Agroicone

1.1 Seguro rural nos Estados Unidos

O mercado de seguro rural americano, na forma de parceria público-privada, é o maior em valor de prêmios coletados, porcentagem de área segurada e portfólio de produtos.

Só em 2019 foram pagos US\$10,13 bilhões em prêmios para segurar cerca de 40% da área agropecuária do país, de 153,3 milhões de hectares.

O governo americano, representado pela Empresa Federal de Seguros para Agricultura (FCIC), atua concedendo aos produtores subsídios administrativos e operacionais, subsidiando o sistema na forma de subvenção ao prêmio – cuja média no país é superior a 60% –, além de atuar como ressegurador.

De forma geral, o programa de securitização agrícola nos EUA é bem oneroso ao governo.

O país tem 14 seguradoras privadas que ofertam e operacionalizam produtos de seguro. O amplo portfólio oferece desde clássicos, como indenização por riscos nomeados e multiriscos, produtos paramétricos diversos, até produtos específicos para produtores rurais que adotam algum sistema conservacionista do solo ou de produção.

Tal variedade nas opções de seguros oferecidas no país, bem como o forte subsídio ao sistema, contribui para a popularidade do seguro rural americano.

Como dito inicialmente, as seguradoras americanas recebem da FCIC subsídios para custos administrativos e operacionais das vendas das apólices e para despesas de apólices com coberturas catastróficas.

O resseguro das operações de seguro rural entre seguradoras e o FCIC ocorre por meio de um acordo, cujas cláusulas são definidas periodicamente, chamado Standard Reinsurance Agreement (SRA).

O SRA varia em três categorias, com cotas que podem ser proporcionais, em que o compartilhamento de responsabilidades é o mesmo; ou variáveis, em que as cotas variam de acordo com o risco das apólices.

Outro órgão estatal atuante neste setor nos EUA é a Agência de Gestão de Riscos (RMA), que determina os termos de apólices, as taxas dos prêmios e regula o sistema de seguros.

1.2 Seguro rural na China

Na China também se vê a atuação sólida do estado no sistema de seguro rural nacional, a partir de departamentos de finanças distritais (DOF), que selecionam duas seguradoras elegíveis, entre as 32 existentes no país, para operar o seguro com subvenção. Elas, por sua vez, escolhem entre seguro agrícola ou pecuário, e comercializam as apólices, comumente coletivas e divididas por vilas.

Após a comercialização, as seguradoras recebem subsídios do DOF, em forma de subvenção ao prêmio, e parte deles já é compulsoriamente destinado para compor o fundo de catástrofe do sistema de seguro rural do país.

Na China, a subvenção é dividida entre governo central, províncias e prefeituras. Em 2018, as participações no subsídio foram 37%, 24% e 14%, respectivamente; produtores arcaram com 20% do valor e os 5% ficaram a cargo de outras fontes de financiamento. Tal modelo, criado na segunda fase do seguro rural na China, entre 2002 e 2007, contribuiu para o crescimento extraordinário do sistema de seguro rural no país.

A oferta diversificada de produtos na China também repete a dose americana, com seguros agrícolas multiriscos e nomeados como paramétrico, de produtividade, florestal, aquícola e pecuário, com exceção do seguro de custeio.

Já o resseguro é operacionalizado por um conjunto de resseguradoras, cuja sigla é CARP, e coordenado pela empresa pública de resseguros do país, a China ReP&C. Em 2018, foram pagos US\$8,59 bilhões em prêmios de seguro rural na China, mais de 80% do montante subvencionado para segurar uma área equivalente a 35% do território agropecuário, equivalente a 166 milhões de hectares.

1.3 Seguro rural na Espanha

Também no formato de parceria público-privada, a Espanha tem quase 20% de área agropecuária assegurada, atingindo o que representa 4,8 milhões de hectares, segundo dados de 2018.

O governo espanhol atua por meio da Agência Nacional para o Seguro Rural (ENESA), responsável por garantir subsídios aos produtores na forma de subvenção ao prêmio, cuja média fica em torno dos 30%. É esta a agência que formula o Plano Anual de Seguro Rural, estabelece regras básicas dos produtos de seguro e fomenta a pesquisa de novos produtos.

Um diferencial no mercado espanhol é o Consórcio de Compensação ao Seguro (CCS), que atua como uma espécie de agente de equilíbrio do sistema de seguros local.

O CCS é uma instituição pública ligada ao Ministério da Economia que cumpre o papel de seguradora, detendo uma fatia de 10% do mercado, e de resseguradora, financiando-se sobre as taxas cobradas nos prêmios das apólices.

Os produtos de resseguro são divididos em duas categorias: viáveis, regido pelo sistema de stop-loss, e experimentais, pelo excess-of-loss, uma vez que produtos de seguro experimentais possuem alta assimetria de informação.

O CCS também atua como uma incorporadora de seguradoras falidas, auxiliando no processo de fechamento ou recuperação das empresas.

As 24 seguradoras privadas presentes na Espanha operam no sistema de cosseguro e estão reunidas na Associação Espanhola de Companhias do Seguro Rural Combinadas (AGROSEGURO). Elas operacionalizam o sistema desde a contratação das apólices até o pagamento de indenizações, além de promoverem pesquisas atuariais para desenvolvimento de novos produtos.

Organizações de produtores rurais e cooperativas também participam do sistema de seguro rural espanhol, atuando na formulação da política de seguros, no fomento à cultura do seguro rural e até mesmo na forma de cooperativas de seguros.

Por fim, as resseguradoras privadas espanholas também agem para garantir liquidez ao CCS e à própria AGROSEGURO.

A oferta de produtos de seguro abrange a modalidade agrícola multirrisco e risco nomeado, paramétrico, florestal, aquícola e pecuário.

Os principais produtos segurados na Espanha são os cítricos e as hortaliças de verão, e o principal risco é a seca. Em 2018 foram pagos US\$ 868 milhões em prêmios e a sinistralidade atingiu 93%.

1.4 Seguro rural na Índia

A Índia é uma das nações que mais sofre com catástrofes climáticas e, por isso, vem buscando a construção de um sistema de seguro rural que mitigue os riscos da sua atividade agropecuária considerando o padrão de ocupação de terras e o tamanho das propriedades rurais.

A atuação do governo da Índia no mercado de seguro rural segue o modelo de parceria público-privada, com a maior média de subvenção ao prêmio, que ultrapassa 90%, e resseguro público.

O prêmio máximo aos produtores que aderem ao seguro varia de 1,5% a 5% do valor segurado. Ainda assim, apenas pouco mais de 10% da área agropecuária do país é segurada.

O sistema de seguro rural indiano é o Pradhan Mantri Fasal Bima Yojana, conhecido pela sigla PMFY, e é operacionalizado por cinco seguradoras públicas e 18 privadas que, em coordenação com bancos comerciais, cooperativos e rurais, comercializam apólices de seguros. Essas apólices são compulsórias para o produtor que toma empréstimos e optativas para os demais.

As autoridades indianas garantem 50% dos recursos de subsídio no início do ano e os outros 50% são disponibilizados para as seguradoras no decorrer do ano.

Além disso, desde 2007, o governo do país investe em seguros paramétricos por meio do Esquema de Seguro de Lavoura Baseado em Clima (WBCIS), que cobrem riscos climáticos como seca, excesso de chuvas e granizo. Esse tipo de seguro é conhecido pela agilidade no pagamento das indenizações, que ocorre quando o índice do evento segurado supera o estimado anteriormente.

Os produtos ofertados na Índia são mais limitados, mas cobrem a maioria das culturas do país; há produtos de seguro agrícola nomeado, paramétrico, aquícola e pecuário. Os principais riscos são a seca e o excesso de chuvas.

Em 2019, na Índia, foram pagos US\$ 1,74 bilhão em prêmios e a sinistralidade atingiu 116%.

1.5 Seguro rural na Turquia

Na Turquia, a TARSIM é uma entidade que reúne a participação do governo e de 24 seguradoras privadas. A organização operacionaliza o sistema de seguros no país, criando novos produtos, monitorando, suportando pesquisas, operacionalizando o sistema de subsídios e o pagamento das indenizações aos produtores, enquanto os diretores são responsáveis pela criação das diretrizes e princípios da empresa.

Em casos de alta sinistralidade, a TARSIM opera como resseguradora – internalizando parte das indenizações, enquanto o excedente de indenizações é relegado ao mercado de resseguros nacional e internacional.

Em último caso, o governo turco também pode agir como ressegurador, dentro do modelo excess-of-loss, ressegurando o volume de perdas excedentes. Nesse caso, é utilizado um montante previamente definido pelo Ministério da Economia da Turquia.

A Turquia coletou US\$ 342 milhões em prêmios em 2019, sendo 52% do valor subvencionado. Ainda assim, apenas 6% da área agropecuária da Turquia é segurada, o que equivale a 2,5 milhões de hectares.

Os principais seguros ofertados no país são: agrícola de risco nomeado, paramétrico, aquícola e pecuário – este último concentrando 27% do total de prêmios coletados no mesmo período.

Os principais produtos segurados no país são rebanho e trigo, com fatia de 21% dos prêmios. Os principais riscos são granizo e geada.

1.6 Seguro rural no México

Apesar de apresentar uma média de 30% de subvenção ao prêmio, o México tem a segunda menor área agropecuária segurada entre os países do estudo: 2% ou 2,32 milhões de hectares, segundo levantamento de 2018, evidenciando o desafio da popularização do seguro rural no país.

O mercado mexicano é operado, majoritariamente, por cerca de 440 Fundos de Seguro Agropecuário e Rural (FAAR), associações de produtores sem fins lucrativos que promovem o seguro rural de forma mutualista junto aos seus associados.

As FAARs recebem assistência técnica para melhoria de gestão e ajuda de custo no processo de profissionalização e desenvolvimento dos serviços prestados da AGROASEMEX - braço da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação.

A AGROASEMEX é responsável por atuar no mercado de seguros do país gerindo o sistema federal de subvenção ao prêmio, monitorando e regulando o sistema de seguros, incentivando a participação das demais entidades e administrando o sistema nacional de gestão de risco.

Também atuam no país 19 seguradoras privadas que operam seguros rurais, também sob a regulação da AGROASEMEX.

Os produtos do setor ofertados no México incluem seguro agrícola, mas apenas para riscos nomeados, de produtividade, paramétrico e pecuário.

O principal produto segurado é o milho, que concentra 54% dos prêmios pagos, seguido de sorgo, 22%, e feijão, 21%.

De US\$ 213,5 milhões em prêmios pagos em 2018, uma fatia de 31% foi subvencionada. Além disso, neste mesmo ano foi registrada uma sinistralidade de 52%.

1.7 Seguro rural na Rússia

De todos os países avaliados, a Rússia tem a menor porcentagem de área agropecuária segurada e menor valor de prêmio coletado – resultado da queda drástica da demanda por esse tipo de serviço, após a unificação dos subsídios destinados ao desenvolvimento da agricultura do país, em 2017. Com a unificação, unidades da federação passaram a não mais delegar o rateio e os diferentes destinos do subsídio.

Ainda que exista, desde 2011, a determinação por lei de que o governo russo deve arcar com 50% de subvenção do prêmio das apólices do seguro rural, menos de 3% da área agropecuária do país é segurada.

A impopularidade do mercado de seguro na rural na Rússia deve-se também à oferta escassa de produtos de seguro, limitando-se apenas ao seguro agrícola multirrisco e pecuário, e com cobertura para poucos eventos de sinistro, o que torna o sistema ineficiente e caro.

No país existe ainda a exigência de uma produtividade 20% menor do que a prevista para o pagamento de indenização ao produtor.

As 17 seguradoras privadas do país se reúnem na Associação Nacional das Seguradoras Agrícolas (NAAI), que define as condições das apólices e as submete à aprovação do Ministério da Agricultura e ao Banco Central russo.

A NAAI também funciona como resseguradora, em especial para os casos de alta sinistralidade, oferecendo liquidez às seguradoras que precisarem. Companhias vinculadas à NAAI contribuem com 5% dos prêmios recebidos para um fundo de compensação da associação.

O principal produto segurado na Rússia são os grãos, que concentram 82% dos prêmios pagos.

Devido à dificuldade de acesso à informação, os dados coletados da Rússia datam de 2017, ano em que foram pagos US\$ 40,8 milhões em prêmios, com subvenção de 50% e sinistralidade de 0,09%.

1.8 Seguro rural na Argentina

A Argentina é o único entre os incluídos no estudo onde quase não há programas de subvenção estatal no mercado de seguro rural – salvo iniciativas piloto restritas a províncias como Mendoza, Rio Negro e Neuquen.

De maneira geral, o sistema de seguros argentino é estritamente privado e ocupa a penúltima posição em termos de prêmio total – foram US\$ 169 milhões em 2019. Ainda assim, cerca de 13% da área agropecuária é segurada, cerca de 19,5 milhões de hectares – mais do que as respectivas taxas de, Rússia, México, Brasil, Turquia e Índia.

O regime de competição argentino é bem estabelecido, com 26 seguradoras privadas comercializando seguro agrícola de risco nomeado para granizo, representando quase 76% das apólices, seguindo por granizo mais aditivos, com uma fatia de 13%, de acordo com dados de 2019. Contudo, o mercado de seguros multiriscos e pecuário ainda é incipiente.

O portfólio de produtos oferecidos traz seguro agrícola multirrisco e de riscos nomeados, paramétrico, florestal e pecuário.

O principal produto segurado são as oleaginosas, que concentram 51% dos prêmios pagos, seguidos por cereais, com 43% dos prêmios pagos.

Ao governo argentino, cabe regulamentar, monitorar e apoiar mercado de seguros, por meio da Superintendência de Seguros da Nação (SSN), braço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca.

Além disso, é tarefa do estado argentino, via de regra, concentrar esforços para desenvolver esse mercado via oferta de informações e instrumentos que reduzam o risco das operações, subsidiando a atividade com pesquisas, educação de seguro e popularização do serviço promovidas pelo Sistema Nacional de Prevenção e Mitigação de Emergências e Desastres Agrícolas, fomentado exclusivamente pelo Fundo Nacional de Mitigação de Emergências e Desastres Agrícolas (FONEDA).

Vale ressaltar aqui uma recente inovação no seguro argentino, sem ligação direta com o seguro rural, mas que objetiva direcionar recursos para ações ambientais: o chamado Seguro Verde, ou Programa Nacional de Sustentabilidade Ambiental e Seguros (PROSAS). Ele define que 1% dos prêmios pagos nas apólices de seguro automotivo sejam destinados ao plantio de árvores (90%) e à educação ambiental (10%).

2. ESTRUTURA DO MERCADO DE SEGURO RURAL NO BRASIL

No Brasil, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) representa o sistema privado do setor no país.

Ao governo cabe o fomento à pesquisa atuarial e de conhecimento dos riscos cobertos pelo seguro rural, bem como o oferecimento de subsídios na forma de subvenção ao prêmio.

O Banco Central, por sua vez, opera duas iniciativas estatais de instrumentos de gestão de risco destinadas ao produtor rural. A primeira é o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, PROAGRO, que prevê a isenção de pagamento pelo produtor das operações de crédito de custeio em caso de sinistro de eventos climáticos, pragas e doenças sem controle. Sua contratação é obrigatória em operações desse tipo de até R\$ 300 mil.

Já a segunda correspondeu ao PROAGRO Mais, que funciona como a anterior, mas seu público de interesse são produtores familiares vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Atualmente, observa-se um movimento de transição, alimentado pela alta incerteza e sinistralidade, além do risco às contas públicas, de produtores do PROAGRO para outra iniciativa governamental de fomento, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

O PSR prevê a subvenção ao prêmio, transferindo subsídios para o mercado privado de seguros que, além de pagar indenizações aos produtores, comercializa as apólices e define suas condições.

Após a institucionalização do programa de subvenção, o seguro rural vem se popularizando no Brasil e ganhando escala em número de apólices, valor dos prêmios e área. Uma prova da popularização do seguro rural é a taxa de crescimento do prêmio bruto maior do que o valor subvencionado.

O portfólio geral de produtos de seguro no mercado brasileiro é composto de seguros agrícolas multirrisco e de risco nomeado, de produtividade, custeio, aquícola, florestal, pecuário e, mais recentemente, o paramétrico.

Ainda que o número de culturas cobertas no país tenha crescido ao longo do tempo, há grande concentração nos grãos, a principal cultura segurada – com a soja representando 42% do total dos prêmios –, seguida da fruticultura. Essas atividades também detêm maiores médias de subvenção ao prêmio, de 49% e 44%, respectivamente.

Seguros florestal e pecuário ainda são incipientes no Brasil e suas médias de subvenção, entre 2006 e 2020, acompanham isso: 26,9% e 37,53%, na ordem.

Elevadas taxas de sinistralidade têm acompanhado a expansão do seguro rural brasileiro e o crescimento da sua produção agrícola. Fatores como o risco climático, a seleção adversa e a concentração regional e em poucos produtos podem afetar a sinistralidade registrada.

De 2006 a 2019, grãos e fruticultura foram as atividades que registraram os maiores volumes em pagamentos de indenizações, já que são muito expostas a múltiplos riscos. Por isso, o número de eventos de sinistros cobertos em seus produtos de seguro é de suma importância.

No Brasil, de acordo com dados de 2006 a 2019, dentre as 15 seguradoras trazidas pelo estudo, oito apresentam sinistralidade média acima dos 50%, incluindo as três maiores em termos de prêmios coletados possuem sinistralidades médias e sete registram sinistralidade abaixo dos 50%. Quatro seguradoras, incluindo duas integrantes do grupo das maiores em termos de prêmio coletado, têm alto percentual médio de apólices indenizadas, entre 18% e 25%.

Na parte de resseguro público, contudo, o modelo de operação brasileira encontra-se inoperante.

O país possuía um instrumento público de garantia de liquidez ao sistema de seguros em casos de catástrofes via resseguros, o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Ele ofertava resseguros do tipo stop-loss para excesso de perdas em faixas, entre 100% e 150% e entre 250% e 350%; as demais eram incorporadas pelas seguradoras ou por resseguradoras provadas.

O FESR era financiado por uma taxa de 30% sobre os lucros das seguradoras e o governo cobria o déficit em caso de excessos de indenizações, o que criava grande dependência da disponibilidade de recursos. Graças a isso, o fundo operava sob alta ineficiência, com atrasos nas operações de resseguro e comprometendo sua popularidade entre as seguradoras.

Existe a expectativa de substituição do FESR pelo Fundo de Catástrofe, criado em 2010, cujo formato segue o modelo de parceria público-privada, mas ainda carece de regulamentação e, por isso, não está em operação.

A ideia para o Fundo de Catástrofe é que ele sirva como um garantidor de liquidez em momentos de catástrofes. Inicialmente o governo destinaria a ele R\$ 2 bilhões, com a expectativa de levantar junto ao mercado o mesmo montante adicional.

Recentemente, em relatório sobre a política de gestão de risco no Brasil, o Banco Mundial questionou a necessidade de recursos tanto para a absorção dos excessos de perdas via FESR quanto para o financiamento do Fundo de Catástrofe, uma vez que o mercado brasileiro é aberto ao mercado internacional de resseguros.

A sugestão foi alocar tais recursos para orientar reformas nos programas públicos de seguro, como Proagro e Garantia Safra, a partir da definição de camadas de risco estruturadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho do seguro rural enquanto instrumento de política agrícola depende da estrutura de governança e de aspectos institucionais inerentes a cada país. Todavia, é inegável a necessidade de direcionamento de recursos públicos para garantir a segurabilidade da atividade agropecuária.

Para além da atuação financeira do Estado, um componente importante na construção de um sistema de seguros robusto e sustentável é exatamente a massificação da cultura do seguro rural e da gestão de risco agropecuário.

Vale destaque, portanto, à atuação dos atores brasileiros nesse sentido. Iniciativas do MAPA e da SUSEP vêm aprimorando diversos aspectos do sistema de seguro rural, reduzindo custos de transação entre produtores e seguradoras, bem como orientando o produtor no sentido de compreender o serviço do seguro como um investimento e não necessariamente como um custo.

Para além dessa discussão, existe ainda a questão da seleção adversa, que pode ser mais bem explorada ao se incorporar no processo de precificação da apólice questões de manejo e de estratégias de gestão de risco que envolvam a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis. Esse ponto é fundamental para garantir a segurabilidade de longo prazo da atividade agropecuária.

Esta publicação é um Sumário Executivo que engloba resultados da primeira parte do estudo da Agroicone sobre seguro rural “Seguro rural no mundo e alternativas para o Brasil: Diferentes desenhos e interlocuções com a adoção de boas práticas e tecnologias” (agosto de 2021).

Sobre a Agroicone

A Agroicone é uma organização que gera conhecimento e soluções para transformar a agropecuária brasileira diante dos desafios globais do desenvolvimento sustentável. Atua em cinco áreas estratégicas: i) comércio internacional e temas globais; ii) sustentabilidade e inteligência territorial; iii) políticas públicas; iv) negócios, mercados e financiamento; e v) tecnologias em cadeias agro. A Agroicone é formada por uma equipe multidisciplinar, com vasta competência nas áreas econômica, regulatória/jurídica, territorial, socioambiental e de comunicação. Mais informações: www.agroicone.com.br

Sobre o INPUT

A Iniciativa para o Uso da Terra (INPUT) é composta por uma equipe de especialistas que trazem ideias inovadoras para conciliar a produção de alimentos com a proteção ambiental. O INPUT visa avaliar e influenciar a criação de uma nova geração de políticas voltadas para uma economia de baixo carbono no Brasil. Mais informações: www.inputbrasil.org

ISBN: 978-85-5655-019-4

